

HYPOSWISS

P R I V A T E B A N K

Sucursal em Portugal

DISCIPLINA DE MERCADO

Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação

31 de Dezembro de 2010

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório procede à divulgação das principais políticas e práticas de gestão do risco global do Hyposwiss Private Bank Genève - Sucursal em Portugal, adiante designado abreviadamente por “Hypowiss Portugal” ou “Sucursal”.

Este relatório, designado por DISCIPLINA DE MERCADO, dá cumprimento aos requisitos descritos no Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal.

O regime prudencial das instituições de crédito passou a incorporar as disposições propostas no Acordo de Capital Revisto, normalmente denominado por “Basileia II”. Ficou desta forma estabelecido um novo enquadramento regulamentar para a adequação do capital aplicável às instituições financeiras.

A transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.º 49/2006 – Directiva da Adequação dos Fundos Próprios e n.º 48/2006 – Directiva Bancária Codificada foi efectuada através da publicação em 3 de Abril de 2007 dos Decretos – Lei n.º 103/2007 e 104/2007, respectivamente.

O regime de “Basileia II” assenta em três pilares, sendo este relatório preparado no âmbito do pilar III, que funciona como complemento aos pilares I e II com a exigência de prestação de informação sobre a situação financeira e solvabilidade das instituições de crédito, prevendo a divulgação pública de processos e sistemas de gestão de riscos e de capital.

ÍNDICE DE ACORDO COM O AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2007

I – Declaração de Responsabilidade.....	3
II – Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco	3
III – Adequação de Capitais	3
IV – Risco de Crédito de Contraparte	3
V – A – Risco de Crédito - Aspectos Gerais	3
V – B – Risco de Crédito - Método Padrão.....	3
V – C – Risco de Crédito - Método das Notações Internas	3
VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito.....	3
VII – Operações de Titularização.....	3
VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação	3
IX – Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação	3
X – Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária	3
XI – Risco Operacional	3
XII – Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital.....	3

I – Declaração de Responsabilidade

No que respeita à informação apresentada no relatório “ Disciplina de Mercado” a gerência do Hyposwiss Private Bank Genève – Sucursal em Portugal:

- certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada, é verdadeira e fidedigna;
- assegura a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- compromete-se a divulgar, de forma tempestiva, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o presente relatório se refere.

Não registamos quaisquer eventos relevantes ocorridos entre o termo do exercício a que este relatório se refere e a data da sua publicação.

Hyposwiss Private Bank Genève – Sucursal em Portugal

A Gerência,

Miguel Lopes Marques

Silvia Brito Leal

II – Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

Âmbito de Aplicação

O Hyposwiss Private Bank Genève, SA – Sucursal em Portugal, foi constituído em 22 de Abril de 2008, tem sede na Avenida da Liberdade n.º 190 – 5.º A, 1250 – 147 Lisboa, titular do contribuinte n.º 980 391 105, matriculada na Conservatoria do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 20.000.000 €. A sucursal constituída, assumiu em 1 de Junho de 2008, por operação de trespasse, a plenitude dos activos, obrigações e direitos com referência à actividade já desenvolvida pelo Anglo Irish Bank, Sucursal em Portugal (incluindo os direitos e obrigações contratuais assumidas pelo Anglo Portugal com terceiras entidades, tais como: clientes, fornecedores e colaboradores).

A sucursal tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços associadas ao Private Banking, designadamente em operações de crédito, operações nos mercados de títulos, serviços de consultoria e serviços de gestão de carteiras.

O Hyposwiss Private Bank Genève SA – Sucursal em Portugal é uma sucursal de uma instituição financeira Suíça - o Hyposwiss Private Bank Genève SA com sede em Genève, na Suíça, o qual é detido em 100% pela instituição financeira St. Galler Kantonalbank, com sede, igualmente, na Suíça.

O St. Galler Kantonalbank, está classificado com rating Aa1 (Moody's) e é 54,8% detido pelo Estado Suíço via cantão de Saint Gallen, o qual por via legal é obrigado a deter pelo menos 51% do capital do referido banco.

O Hyposwiss Private Bank Genève SA – Sucursal em Portugal, desenvolve a sua actividade, em base individual, pelo que todas as questões relacionadas com consolidação não se aplicam a esta instituição.

Objectivos e Políticas em matéria de gestão de risco

A gerência da sucursal é responsável pela definição de uma política de risco que permita uma avaliação rigorosa dos riscos da actividade desenvolvida, visando uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida.

O controlo e gestão de riscos desempenham um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado da sucursal, assegurando um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

Tendo em consideração o tipo de actividades que exerce, gestão de activos, a exposição ao risco do Hyposwiss Portugal é de uma forma geral reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro.

A sucursal encontra-se abrangida por normativo, emanado pela casa-mãe, relativo às principais linhas orientadoras na gestão da política de riscos do Grupo, no qual a pessoa afectada à função de riscos tem a responsabilidade de identificar um conjunto de controlos que deverão ser periodicamente avaliados e reportadas as excepções numa base trimestral.

O *Risk Officer* é responsável pela função de controlo do risco, por forma a garantir uma monitorização global do mesmo. Compete ainda ao *Risk Officer* acompanhar os níveis de riscos incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade.

Desta forma a gestão de riscos na Sucursal baseia-se numa permanente adequação da estratégia e dos meios técnicos e humanos disponíveis que assegurem a sua implementação.

A avaliação dos riscos na Sucursal abrange oito categorias diferenciadas:

- De natureza Financeira – Risco de Crédito, Risco de Taxa de Juro e Risco de Liquidez;
- De natureza Não Financeira – Risco Operacional, Risco de Sistemas de Informação, Risco de Estratégia, Risco de Compliance e Risco de Reputação.

Risco de Crédito: Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição. Tendo na devida conta que este é o principal risco da actividade da Sucursal, as políticas de crédito são definidas pela Gerência, através de critérios rigorosos de concessão de crédito. As regras estabelecidas para a aprovação de crédito são avaliadas periodicamente pela Auditoria do Grupo, no âmbito da sua missão e enquadradas no respectivo plano anual de actividades.

Risco de Concentração: Entende-se por concentração de risco uma posição em risco ou grupo de posições em risco com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da instituição ou a capacidade para manter as suas principais operações. Em particular, o risco de concentração decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores implique um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes. Existem três tipos fundamentais de risco de concentração:

1. Exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas (single name concentration risk ou, na terminologia usual, “grandes riscos”);
2. Exposições significativas a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de factores subjacentes comuns, como por exemplo: (i) o sector económico, (ii) a região geográfica, (iii) a moeda e (iv) o facto de o seu desempenho económico-financeiro estar dependente da mesma actividade ou mercadoria;
3. Exposições de crédito indirectas resultantes da aplicação das técnicas de redução de risco (exposição a um tipo de garantia ou protecção de crédito fornecida por uma contraparte).

Relativamente ao risco de concentração a Sucursal elabora trimestralmente o mapa de “grandes riscos”, incluído no âmbito da Instrução nº 23/2007 do Banco de Portugal, procedendo à análise destas posições face à totalidade da carteira de crédito.

Risco de Taxa de Juro: Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro. Este risco pode ser decomposto num conjunto de fontes de risco, que a seguir se referem:

- Risco de refixação de taxa, que emerge de desfasamentos entre as maturidades ou os prazos de redefinição das taxas de juro de activos, passivos e elementos extrapatrimoniais;
- Risco de indexante, decorrente da existência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, motivada por diferenças nos indexantes de taxa de juro;
- Risco de opção, resultante da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais, tais como opções de resgate ou de amortização antecipados em depósitos ou empréstimos.

A Sucursal não detém qualquer instrumento derivado deste tipo, pelo que não se encontra sujeita a este risco. As políticas definidas são consequência da avaliação efectuada, com a análise de mapas específicos de gestão de taxa de juro, sendo as condições praticadas pela instituição constantemente adaptadas em função da evolução do mercado.

A Sucursal analisa a sensibilidade da sua situação financeira para movimentos adversos das taxas de juro, através de uma avaliação à sua sensibilidade face ao risco de taxa de juro. No fecho de contas mensal é realizada uma análise aos principais rácios, liquidez e solvabilidade, encontrando-se sempre dentro dos parâmetros exigidos pela supervisão.

Risco Operacional: Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Na abordagem ao risco operacional e de sistemas de informação, a Sucursal tem mantido procedimentos relativos à actualização da sua política de seguros, sistemas de backups, segurança informática e actualização dos demais procedimentos de controlo interno, de forma a mitigar este risco.

Risco de Sistemas de Informação: Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em consequência da inadaptabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área.

De referir que a Sucursal está a implementar um plano de continuidade do negócio de forma a reagir a situações de desastre que eventualmente venham a ocorrer, permitindo a manutenção das operações.

Risco de Estratégia: Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como a alterações no ambiente de negócios da instituição.

A Sucursal no exercício da sua actividade adopta um perfil de risco relativamente conservador, baseado essencialmente na captação de recursos financeiros junto da sua clientela, com vista a sua aplicação, em partes adequadas, sob a forma de crédito a clientes, em instrumentos financeiros de rendimento fixo e outros maioritariamente não complexos.

Risco de “Compliance”: Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos que se materializem em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

O “compliance officer ” pretende minimizar o risco de “compliance” de forma a garantir a divulgação da informação legal por todas as unidades de estrutura e a sua efectiva aplicação.

Risco de Reputação: Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.

O risco de reputação poderá afectar a capacidade da Sucursal estabelecer novas relações com clientes, e outras contrapartes, assim como de manter as relações já existentes, podendo conduzir não só a perdas financeiras directas, mas também a processos litigiosos, a erosão da base de clientes, a dificuldade na obtenção de recursos ou à saída dos colaboradores chave. Embora o risco de reputação seja intangível, portanto difícil de mensurar, uma instituição com uma reputação sólida tende a apresentar maiores e mais estáveis níveis de rentabilidade. **A avaliação do risco de**

reputação é pois efectuada com base numa estimativa da imagem actual da instituição perante as partes com que se relaciona e da sua capacidade de operar com sucesso no ambiente de negócios em que se integre.

Risco de Liquidez: Corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispôr de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A Sucursal avalia sistematicamente a capacidade de cumprir com as responsabilidades financeiras na medida em que estas se vençam. Nesta medida, a Sucursal elabora e reporta mensalmente o mapa de liquidez previsto na Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, verificando-se o cumprimento dos rácios exigidos, incluindo a liquidez imediata e a cobertura de passivos por activos, que cobre os passivos da instituição nas diversas bandas temporais inferiores a um ano, sendo este indicador particularmente visível no “mismatch acumulado” até um ano.

O sistema de controlo interno é monitorizado e avaliado sendo identificadas as principais fragilidades e definidos planos de acção. A Sucursal iniciou em 2008 a adopção das normas de Basileia II. Desta forma, adoptou a abordagem padrão para o cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios afectos ao risco de crédito e a abordagem do indicador relevante relativamente ao risco operacional.

Relativamente às técnicas de controlo e medição de riscos, os sistemas de informação utilizados são, basicamente as ferramentas do Microsoft Office, mais especificamente o Excel, que permite a execução de mapas regulares de acompanhamento por parte da Gerência da Sucursal. No que diz respeito ao risco de crédito, foram desenvolvidos critérios de concessão de crédito assim como políticas e procedimentos que permitem assegurar um nível de risco adequado à estrutura e dimensão da sucursal, sendo de salientar os seguintes:

- Todas as propostas de crédito são submetidas à avaliação pelo comité de crédito da sede em Genève, com aprovação prévia por parte da administração da sucursal Portuguesa;
- Gestão do risco de crédito pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais;
- Após aprovação, a performance do crédito é monitorizada constantemente permitindo a identificação de aumento da exposição;

- Existência de uma “*watch list*” (efectuado pela sucursal em conjunto com a casa mãe) que integra os clientes que, por diferentes e justificadas razões - e não necessariamente por experiência de incumprimentos – são merecedores de especial atenção e monitorização.

Relativamente às principais técnicas de mitigação do risco utilizadas são de referir:

- obtenção de garantias e colaterais aquando de adiantamento de fundos. Os principais tipos de colateral para crédito e valores a receber são a hipoteca de bens imóveis, o penhor de instrumentos financeiros e de depósitos a prazo.
- Diversificação de contrapartes bancárias;
- Conhecimento elevado dos clientes da Sucursal.

No que concerne ao risco operacional e de sistemas de informação, a Sucursal procura mitigar este risco através:

- De uma política de seguros rigorosa e actualizada;
- Do desenvolvimento permanente dos sistemas de backups e segurança informática;
- Da actualização dos demais procedimentos de controlo interno;
- Da manutenção de um nível de capital interno confortável.

III – Adequação de Capitais

Informação Qualitativa

Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos Fundos Próprios

Os fundos próprios são calculados a partir das demonstrações financeiras da Sucursal, tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 6/2010, que define os conceitos de fundos próprios totais e do Aviso n.º 5/2007, que estabelecem a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais. De acordo com o estabelecido em aviso emitido pelo Banco de Portugal, as instituições de crédito são obrigadas a manter um rácio de solvabilidade superior a 8%, calculado pelo quociente entre os seus fundos próprios e os seus activos de risco.

A Sucursal utiliza o método padrão para o apuramento dos requisitos de capital prudencial regulamentar, mantendo os níveis de capital adequados à sua actividade e à situação do mercado em cada momento. Deste cálculo resulta a quantificação de requisitos de fundos próprios para risco

de crédito calculados de acordo com o método padrão e de requisitos de fundos próprios para o risco operacional calculados de acordo com o método do indicador básico.

Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2).

Os fundos próprios de base integram o capital alocado à Sucursal, com a dedução dos resultados negativos do exercício, os activos intangíveis e os impostos diferidos associados às provisões para riscos gerais de crédito. Os fundos próprios complementares englobam as provisões para riscos gerais de crédito.

A 31 de Dezembro de 2010 o rácio de solvabilidade da Sucursal era de 74,5%, e os Fundos Próprios apurados eram de 17.594.745 €. Os requisitos de Fundos Próprios totalizaram 1.889.302 €, dos quais 1.773.055 € resultam do cálculo dos requisitos de fundos próprios para o Risco de Crédito e 116.247 € para requisitos de fundos próprios para o Risco Operacional.

Método Utilizado para auto-avaliação da adequação do capital interno

O Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) tem vindo a ser integrado na cultura organizacional da Sucursal. A Sucursal baseia-se numa estrutura clara e transparente, tendo como linha de orientação base a prudência da sua gestão.

A avaliação do capital interno é efectuada de acordo com a metodologia baseada nos requisitos de fundos próprios calculados de acordo com o Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal e reportado pela Sucursal de acordo com a Instrução nº 23/2007. Deste cálculo resulta a quantificação de requisitos de fundos próprios para risco de crédito calculados de acordo com o método padrão e de requisitos de fundos próprios para o risco operacional calculados de acordo com o método do indicador básico.

Método Utilizado pela instituição para apurar a adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro

Situação não aplicável à Sucursal.

Informação Quantitativa

Adequação de Capitais – Parte 1

	31-12-2010	31-12-2009
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (1)	17.594.949	17.815.196
1a. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (excluindo fundos próprios suplementares) (2)	17.594.949	17.815.196
1.1 Fundos próprios de base (3)	17.418.745	17.682.024
1.1.1. Capital Elegível (4)	19.500.000	19.000.000
1.1.1.a Do qual: Sujeito a limite (5)		0
1.1.1.1. Capital realizado	19.500.000	19.000.000
1.1.2. Reservas e Resultados Elegíveis (7)	-2.027.936	-1.282.686
1.1.2.1. Reservas (8)	-1.282.686	-395.226
1.1.2.1.1. Resultados transitados de exercícios anteriores, reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos (9)	-1.282.686	-395.226
1.1.2.5. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso (23)	-745.250	-887.460
1.1.2.5.1. (-) Resultados (negativos) do último exercício e resultados (negativos) provisórios do exercício em curso, quando certificados (24)	-745.250	-887.460
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (48)	-53.319	-35.291
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis (49)	0	0
1.1.5.1.2. (-) Outros Activos intangíveis/Imobilizações incorpóreas (50)	0	0
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (52)	-53.319	-35.291
1.1.5.3.4. Impostos diferidos activos não aceites como elemento positivo dos fundos próprios de base (56)	-53.319	-35.291
1.1.5.3.4.1. Impostos diferidos activos (57)	641.141	396.507
1.1.5.3.4.2. Limite para efeitos de elegibilidade dos impostos diferidos activos (58)	1.683.092	1.860.349
1.1.5.3.4.3. (-) Impostos diferidos activos associados à PRGC (59)	-53.319	-35.291
1.1.5.3.5. (-) Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto positivo) (60)	0	0
1.2. Fundos próprios complementares (64)	176.203	133.172
1.2.1. Fundos próprios complementares - Upper Tier 2 (65)	176.203	133.172
1.2.1.6. Provisões para riscos gerais de crédito (73)	176.203	133.172
1.3.5. (-) Participações em instituições de crédito e em instituições financeiras inferiores ou iguais a 10% do capital dessas instituições, créditos subordinados e outros instrumentos detidos sobre essas instituições, que ultrapassem 10% dos fundos próprios (84)	0	0
1.3.5.1. Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos a participações inferiores ou iguais a 10% do capital (85)	1.759.495	1.781.520
1.4. Fundos próprios de base totais para efeitos de solvabilidade (87)	17.418.745	17.682.024
1.5. Fundos próprios complementares totais para efeitos de solvabilidade (88)	176.203	133.172
1.6. (-) Deduções aos fundos próprios totais (89)	0	0
1.6.6. Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis I (94)	17.594.949	17.815.196
1.6.7. (-) Excedentes dedutíveis I - Participações em Instituições não financeiras (95)	0	0
1.6.8. Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis II (96)	17.594.949	17.815.196
1.8.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grande riscos (104)	17.594.949	17.815.196

Adequação de Capitais – Parte 2

	31-12-2010	31-12-2009
1. Requisitos de fundos próprios (1)	1.889.302	1.631.706
1.a. Dos quais: Empresas de investimento abrangidas pelo n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 103/2007		
1.1. Requisitos de fundos próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transacções incompletas (2)	1.773.055	1.527.563
1.1.1. Método Padrão (3)	1.773.055	1.527.563
1.1.1.1. Classes de risco no Método Padrão excluindo posições de titularização (4)	1.773.055	1.527.563
1.1.1.1.1. Administrações centrais ou bancos centrais	0	0
1.1.1.1.2. Administrações regionais ou autoridades locais	0	0
1.1.1.1.3. Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
1.1.1.1.4. Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
1.1.1.1.5. Organizações internacionais	0	0
1.1.1.1.6. Instituições	721.173	535.191
1.1.1.1.7. Empresas	517.225	738.780
1.1.1.1.8. Carteira de retalho	456.097	232.437
1.1.1.1.9. Posições garantidas por bens imóveis	59.556	0
1.1.1.1.10. Elementos vencidos	412	0
1.1.1.1.11. Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
1.1.1.1.12. Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0
1.1.1.1.13. Outros elementos	18.592	21.154
1.1.1.2. Posições de titularização no Método Padrão (5)	0	0
1.1.1.3. (-) Provisões para risco gerais de crédito (6)		
1.1.2. Método das Notações internas (7)	0	0
1.1.2.1. Método das Notações Internas quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão (8)	0	0
1.1.2.1.1. Administrações centrais ou bancos centrais	0	0
1.1.2.1.2. Instituições	0	0
1.1.2.1.3. Empresas	0	0
1.1.2.2. Método das Notações Internas quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão (9)	0	0
1.1.2.2.1. Administrações centrais ou bancos centrais	0	0
1.1.2.2.2. Instituições	0	0
1.1.2.2.3. Empresas	0	0
1.1.2.2.4. Carteira de retalho	0	0
1.1.2.3. Posições sobre acções no Método das Notações Internas (10)	0	0
1.1.2.4. Posições de titularização no Método das Notações Internas (11)	0	0
1.1.2.5. Outras posições que não sejam obrigações de crédito (12)		
1.1.3. Risco de crédito (Aviso n.º 1/93) - derrogação transitória do método padrão (13)	0	0
1.1.4. Transacções incompletas e risco de crédito de contraparte (carteira de negociação) - derrogação transitória (14)	0	0
1.2. Risco de liquidação (15)	0	0
1.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias (16)	0	0
1.3.1. Riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias - Método Padrão (17)	0	0
1.3.1.1. Instrumentos de dívida (18)	0	0
1.3.1.2. Títulos de capital (19)	0	0
1.3.1.3. Riscos cambiais (20)	0	0
1.3.1.4. Risco de mercadorias (21)	0	0
1.3.2. Riscos de posição, riscos cambiais e riscos de mercadorias - Método dos Modelos Internos (22)	0	0
1.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (23)	116.247	104.144
1.4.1. Método do Indicador Básico (24)	116.247	104.144
1.4.2. Método Padrão (25)	0	0
1.4.3. Métodos de Medição Avançada (26)	0	0
1.4.4. (-) Redução dos requisitos de fundos próprios para risco operacional - derrogação transitória do método padrão (27)	0	0
1.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas (28)	0	
1.6. Grandes riscos - Carteira de negociação (29)	0	0
1.7. Requisitos transitórios de fundos próprios ou outros requisitos de fundos próprios (30)	0	0

Adequação de Capitais – Parte 3

	31-12-2010	31-12-2009
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios, antes de requisitos transitórios de fundos próprios ou		
2.1. outros requisitos de fundos próprios (32)	15.705.646	16.183.490
2.1.a. Rácio de Solvabilidade (%), antes de requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de f	74,50%	87,35%
2.2. Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios (34)	15.705.646	16.183.490
2.2.a. Rácio de Solvabilidade (%) (35)	74,50%	87,35%

IV – Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte entende-se o definido na Parte 1 do anexo V do Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal. Consiste na incerteza sobre a capacidade da instituição financeira nacional ou estrangeira ou de outras entidades não residentes cumprirem obrigações decorrentes de operações de comércio internacional ou da utilização dos diversos produtos dos mercados: monetário, de capitais, cambial e seus derivados. Situação não aplicável ao Hyposwiss Portugal.

V – A – Risco de Crédito - Aspectos Gerais

Informação Qualitativa

Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”

Crédito Vencido – A rubrica de crédito e juros vencidos refere-se a valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas 30 dias após o seu vencimento. A Sucursal tem o montante de 3.433 € classificado em juros vencidos que foram regularizados no final do mês de Março de 2011.

Crédito Objecto de Imparidade – A Sucursal considera que existe evidência de imparidade num crédito ou num conjunto de créditos quando tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do activo e esses eventos tenham impacto na estimativa de valor recuperável dos fluxos de caixa futuros. A Sucursal efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, tendo como referência os níveis mínimos obrigatórios exigidos pelo Banco de Portugal.

Crédito em Incumprimento – A rubrica crédito em incumprimento refere-se ao crédito vencido há mais de 90 dias, mais o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, sendo feita a aplicação da alínea a) do n.º 1 do n.º 4 do Aviso n.º 3/95. Não existem créditos nesta situação na carteira do Hyposwiss Portugal.

Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões

A Sucursal apenas efectua provisões genéricas de acordo com o Aviso n.º 3/95, que variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade

A Sucursal não efectuou quaisquer correcções de valor ou de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade.

Risco de Concentração

A Sucursal analisa periodicamente o nível do risco de concentração geográfica e de sector de actividade. Em termos estratégicos o Hyposwiss dedica-se maioritariamente à gestão de activos de clientes particulares, sendo a exposição creditícia pouco significativa. Como factores mitigantes a Sucursal apresenta 3 situações:

- Natureza relativamente diversificada, não dependendo de forma significativa de uma actividade específica ou de empresas/particulares de grande dimensão;
- Conhecimento directo de todos os clientes;
- Exposições de crédito indirectas resultantes da aplicação das técnicas de redução de risco (exposição a um tipo de garantia ou protecção de crédito fornecida por uma contraparte).

A Sucursal elabora e analisa trimestralmente o mapa de “grandes riscos”, incluído no âmbito da Instrução n.º 23/2007 do Banco de Portugal, procedendo à análise destas posições face a totalidade da carteira de crédito. De acordo com o Aviso n.º 7/2010 considera-se “grande risco” a situação em que o conjunto dos riscos incorridos por uma instituição perante um cliente ou um grupo de

clientes ligados entre si represente 10% ou mais dos fundos próprios da instituição. Os riscos totais relativos a um cliente ou a grupos de clientes ligados entre si correspondem ao somatório dos riscos decorrentes da carteira de negociação com os restantes riscos, sendo os riscos decorrentes da carteira de negociação calculados de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei nº103/2007, de 3 de Abril.

Os limites estabelecidos de acordo com o Aviso e aplicados na Sucursal são os seguintes :

- O valor dos riscos perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode exceder 25% dos fundos próprios da instituição;
- O valor dos riscos perante uma instituição considerado razoável determinado para cada contraparte, não pode ser superior a 100% dos seus fundos próprios;
- O valor agregado de todos os grandes riscos assumidos pela instituição não pode exceder oito vezes o montante dos seus fundos próprios.

Informação Quantitativa

Em termos geográficos, a Sucursal estabelece o âmbito territorial da actividade em Lisboa.

Concentração Sectorial

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

€

	31-Dez-10	31-Dez-09
Promoção imobiliária; construção de edifícios	1.688.364	1.525.285
Agricultura	4.419.627	4.894.684
Comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos	480.305	498.114
Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1.503.900	1.503.532
Actividades imobiliárias	2.716.537	2.502.903
Comércio, manutenção e reparação, veículos automóveis e motociclos	-	21.565
Outras actividades de serviços	7.993.005	2.690.648
	18.801.738	13.636.730

V – B – Risco de Crédito - Método Padrão

Informação Qualitativa**Identificação das agências de notação externa (ECAI – External Credit Assessment Institutions) e das agências de crédito à exportação (ECA – Export Credit Agencies)**

A Sucursal não utilizou nenhuma agência de notação externa reconhecida pelo Banco de Portugal para a ponderação de activos.

Processo utilizado para afectar as avaliações de risco dos emitentes ou das emissões aos elementos incluídos na carteira bancária.

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição.

No ano de 2010, a Sucursal utilizou o método padrão para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito. Os montantes das posições ponderadas pelo risco são determinados com base em coeficientes de ponderação definidos no Aviso nº5/2007 do Banco de Portugal. A aplicação desses coeficientes de ponderação baseia-se na classe a que a posição em risco for afectada e na sua qualidade de crédito.

Informação Quantitativa

Classes de Risco	Posição em risco original	
	31-12-2010	31-12-2009
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	1.350.958	907.721
Instituições	45.073.321	33.449.462
Retalho	11.601.611	4.756.628
Empresas	6.465.317	10.435.545
Posições garantidas por bens imóveis	744.450	0
Outros Elementos	235.395	265.560
Elementos Vencidos	3.433	0
Total	65.474.485	49.814.916

2010

€

Ponderadores de risco							
1. Posições em risco original por classe de risco	0%	20%	50%	75%	100%	150%	Total
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	1.350.958						1.350.958
Instituições		45.073.321					45.073.321
Retalho	4.000.000			7.601.611			11.601.611
Empresas					6.465.317		6.465.317
Posições Garantidas por bens imóveis					744.450		744.450
Outros Elementos	3.000				232.395		235.395
Elementos Vencidos						3.433	3.433
Total posições em risco original	5.353.958	45.073.321	0	7.601.611	7.442.162	3.433	65.474.485
2. Posições Ponderadas pelo risco							0
Administrações Centrais ou Bancos Centrais							0
Instituições		9.014.664					9.014.664
Retalho				5.701.208			5.701.208
Empresas					6.465.317		6.465.317
Posições Garantidas por bens imóveis					744.450		744.450
Outros Elementos					232.395		232.395
Elementos Vencidos						5.150	5.150
Total Posições Ponderadas pelo risco	0	9.014.664	0	5.701.208	7.442.162	5.150	22.163.184
3. Requisitos de fundos próprios por classe de risco							0
Administrações Centrais ou Bancos Centrais							0
Instituições		721.173					721.173
Retalho				456.097			456.097
Empresas					517.225		517.225
Posições Garantidas por bens imóveis					59.556		59.556
Outros Elementos					18.592		18.592
Elementos Vencidos						412	412
Total posições em risco deduzidas aos fundos próprios	0	721.173	0	456.097	595.373	412	1.773.055

V – C – Risco de Crédito - Método das Notações Internas

A Sucursal não aplica o método das notações internas previsto nos artigos 14.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Por técnicas de redução do risco de crédito entendem-se as técnicas utilizadas pelas instituições para reduzir o risco de crédito associado a uma ou mais posições detidas, conforme o disposto na alínea s) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. As instituições que utilizem o método padrão podem reconhecer, para efeitos do cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco, ou, consoante o caso, do montante das perdas esperadas, a redução de risco de crédito em conformidade com o disposto nos artigos 21.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e no Anexo VI do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007.

Informação Qualitativa

Políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial

A Sucursal não utiliza processos de compensação de posições do balanço como forma de mitigação do risco de crédito.

Políticas e processos de reconhecimento, de avaliação e de gestão de cauções e descrição dos principais tipos de cauções

As garantias recebidas são registadas no sistema informático, que as liga às operações garantidas. Os bens recebidos em garantia são periodicamente reavaliados.

A Gerência aborda o risco de crédito através de um conjunto de procedimentos de análise, aprovação e acompanhamento das operações de crédito. Todas as operações de concessão de crédito são submetidas ao Comité de crédito local e, posteriormente, aprovadas pelo Comité de crédito da sede e encontram-se categorizadas da seguinte forma:

- Crédito com penhor da carteira própria dos clientes neste caso os títulos são ponderados segundo uma escala previamente definida pela Sucursal para as diferentes categorias de investimentos (acções, obrigações, fundos, etc.). Diariamente o sistema da Sucursal calcula o valor de mercado dos produtos. A política definida internamente prevê que o rácio entre o saldo em dívida e o valor dos colaterais não seja inferior a 60%.
- Crédito garantido por hipoteca de imóveis : nestes casos é solicitada uma avaliação efectuada por uma entidade independente devidamente registada na CMVM. Não se concede crédito superior a 70% desse valor.
- Crédito garantido por penhor de depósito a prazo : efectuado junto da Sucursal. Nestes casos, a percentagem máxima de crédito a conceder é de 95% do valor do depósito.

É efectuado, numa base periódica (mensal), um controlo da carteira de crédito, ponderando os diferentes produtos da carteira em conformidade com o descrito, de modo a determinar o rácio de cobertura dos colaterais face ao saldo em dívida.

Se o valor da carteira assim obtido for inferior a 100% do saldo em dívida, é solicitado de imediato ao cliente que:

- deposite novos activos (dinheiro ou instrumentos financeiros) ou,
- efectue vendas de forma a repor o nível de conforto previamente definido contratualmente.

Caso o mesmo não seja possível, poderá, em último recurso, ser vendida a totalidade da carteira do cliente com a consequente liquidação da posição, mitigando o risco de insuficiência de colateral.

Estratégia, processos de monitorização e descrição dos principais tipos de garante e de contraparte de derivados de crédito e respectiva qualidade de crédito

Situação não aplicável à Sucursal.

Concentração dos valores de cobertura por tipo de instrumento

Situação não aplicável à Sucursal.

Informação Quantitativa

Técnicas de redução de risco de crédito

Modelo - Técnicas de redução de risco de crédito

€

	Posição em risco líquida	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito na substituição na posição em risco líquida.
		Protecção real do crédito
		Método Simples cauções financeiras
Total das posições	65.474.485	-4.000.000
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	1.350.958	0
Instituições	45.073.321	0
Retalho	11.601.611	-4.000.000
Empresas	6.465.317	0
Posições garantidas por bens imóveis	744.450	0
Outros Elementos	235.395	0
Elementos Vencidos	3.433	0

VII – Operações de Titularização

A Sucursal não realiza as operações de titularização definidas no ponto 2. do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007, pelo que esta situação não é aplicável.

VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável à Sucursal.

IX – Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável à Sucursal.

X – Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária

Situação não aplicável à Sucursal.

XI – Risco Operacional

Informação Qualitativa

Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios

Por risco operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, “o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.”

O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para efeitos de capital prudencial para cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico, previsto nos artigos 25º e 26º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril e regulamentado através do Aviso nº 9/2007 do Banco de Portugal. Segundo este cálculo, os requisitos de capital baseiam-se num indicador definido como relevante, o qual é multiplicado por uma percentagem fixa (15%).

Indicação dos elementos contabilísticos considerados para o cálculo do indicador relevante

Com base nas categorias contabilísticas respeitantes às contas de ganhos e perdas, relativa às contas anuais da Sucursal, o indicador relevante é igual à soma dos elementos contidos no seguinte quadro:

+ Receitas de juros e proveitos equiparados
- Encargos com juros e custos equiparados
+ Receitas de acções e outros títulos de rendimento variável / fixo
+ Comissões recebidas
- Comissões pagas
+ Outros Proveitos de exploração

Indicação dos elementos contabilísticos considerados no cálculo do indicador relevante e critérios de atribuição por segmento de actividade, no caso de utilização do método Standard

Situação não aplicável à Sucursal.

No caso de utilização do método de Medição Avançada

Situação não aplicável à Sucursal.

No caso de utilização combinada dos métodos referidos anteriormente

Situação não aplicável à Sucursal.

XII – Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Identificação da natureza do risco de taxa de juro da carteira bancária

O risco de taxa de juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro. Na carteira bancária o risco de taxa de juro sente-se em termos de resultados contabilísticos, principalmente na margem financeira (diferença entre os juros recebidos e pagos).

A Sucursal incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações de taxas de juro.

Descrição das características dos modelos internos de medição e avaliação do risco de taxa de juro

O Hyposwiss Portugal não dispõe de modelos internos para avaliação do risco de taxa de juro.

Descrição dos pressupostos utilizados para o cálculo do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é calculado no modelo de taxa de juro da carteira bancária. A Sucursal analisa o risco de taxa de juro com base nos pressupostos definidos na Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, avaliando o impacto na margem financeira com um choque na taxa de juro de 200 p.b.. As posições de balanço e elementos extrapatrimoniais incluídos na carteira bancária e sensíveis a taxa de juro são distribuídos pelas diferentes bandas temporais. Os montantes dos activos e passivos são valorizados ao valor contabilístico, líquido de provisões específicas. Os instrumentos de taxa fixa são imputados às classes de maturidade com base nos respectivos prazos de vencimento residual. Os elementos de taxa variável são distribuídos pelas mesmas classes de acordo com o prazo a decorrer até à refixação da taxa de juro.

Identificação das correlações materiais entre o risco de taxa de juro na carteira bancária e outros tipos de risco

Esta análise é efectuada com a realização dos testes de esforço, relacionando o risco de taxa de juro com o risco de liquidez, ou seja, o choque introduzido nas taxas de juro produz um determinado efeito na situação líquida da instituição.

Informação de natureza qualitativa sobre os testes de esforço realizados

Âmbito de aplicação e incidência (tipo de risco)

No sentido de contribuir para uma gestão prudente dos riscos, a sucursal definiu e desenvolveu numa base semestral, testes de esforço para os riscos considerados materialmente relevantes, nomeadamente os riscos de crédito, operacional e taxa de juro.

A realização de testes de esforço tem como objectivo mensurar o impacto de choques extremos e adversos nas condições financeiras de uma instituição, no âmbito dos vários riscos.

Descrição, objectivos e frequência de realização

Os testes de esforço são elaborados semestralmente e constituem uma das ferramentas de gestão de risco utilizadas no âmbito da avaliação e gestão de riscos da Sucursal, cujo objectivo consiste num melhor entendimento do seu perfil de risco. Visa avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, resultantes de alterações nos factores de risco em função de

acontecimentos excepcionais mas plausíveis, devidamente integrados de forma activa na gestão de riscos da Sucursal, com base nas regras definidas pelo Banco de Portugal através da Instrução n.º 4/2011.

A execução dos testes de esforço envolve as seguintes unidades de estrutura, cuja competência é descrita :

Responsável pela Gestão do Risco : planeamento e definição dos testes;

Gerência : definição da magnitude dos impactos e aprovação dos planos de acção;

Departamento Financeiro e Departamento Operacional : disponibilização de informação, preparação dos testes, preparação e submissão de relatórios.

Descrição das hipóteses assumidas, cenários subjacentes, factores de risco considerados e choques introduzidos para simular acontecimentos adversos

A metodologia de cálculo do **risco de crédito**, no âmbito dos testes de esforço, implica a definição dos impactos das variáveis que afectam a instituição, tendo em conta a envolvente interna e externa, procedendo-se posteriormente à efectiva realização dos testes.

No sentido de avaliar a concentração das posições em risco da carteira de crédito a Dezembro de 2010, cujo valor ascendeu a 18.801.738 €, foi analisada a distribuição sectorial da carteira.

A análise sectorial consiste na afectação das posições em risco originais acrescidas de juro corrido por CAE (Código das Actividades Económicas).

Através da exposição de crédito por sector de actividade, foi calculado um índice de concentração sectorial, que mediante intervalos previamente definidos conferem uma percentagem de “carga” a aplicar sobre o capital regulamentar.

A Sucursal quantifica o risco de crédito através do Método Padrão. Com base nas classes de risco definidas pela Instrução 23/2007, são estimados os requisitos de fundos próprios necessários, após ponderação da exposição líquida existente nas diversas classes pelas percentagens definidas no Aviso nº5/2007.

As classes que são objecto de análise no caso do Hyposwiss são as seguintes:

- i) Administrações centrais ou bancos centrais (0%)
- ii) Instituições (20%)
- iii) Carteira de retalho (0% ou 75%)
- iv) Empresas (100%)
- v) Posições garantidas por bens imóveis (100%)
- vi) Outros elementos (0% ou 100%)
- vii) Elementos vencidos (150%)

Com base no orçamento anual efectuado pela Sucursal para o ano de 2011, as classes acima referidas num determinado período, são afectadas por um crescimento com base no activo total da Sucursal. Para o período de Dezembro de 2010 a Dezembro de 2011 esta percentagem resultou num acréscimo de 54,14%.

Este acréscimo pode ser afectado por impactos externos ou internos à Sucursal, isto é a Sucursal poderá não cumprir com o objectivo estratégico de aumentar os seus activos em 54,14%. Assim, exposição líquida futura num cenário de stress será influenciada em 50% conforme definido na Instrução Interna da Sucursal relativa aos testes de esforço.

A Sucursal para impacto final dos testes de esforço não considerou quaisquer percentagens de crédito vencido. Este pressuposto tem por base o comportamento da carteira credíctia, o histórico de operações, o tipo de colaterais e as contrapartes envolvidas.

O risco de taxa de juro incorrido pela sucursal, apesar de considerado baixo, reflecte a exposição da sua situação financeira a movimentos adversos das taxas de juro e provém essencialmente das seguintes fontes:

- Risco de repricing : associado ao ritmo distinto a que os diversos activos e passivos renovam a sua **taxa** de juro;
- Risco opcional: resultado da importância crescente dos produtos que têm incorporadas opções implícitas (ex: opções de reembolso antecipado em determinados empréstimos).

Semestralmente, é avaliada a exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais em

função do prazo remanescente até à data de revisão de taxa. Para cada intervalo é calculada a diferença (gap) entre activos e passivos sujeitos a revisão de taxa de juro, apurando-se deste modo uma medida da exposição líquida do balanço a variações paralelas das taxas de juro. Partindo da agregação dos gaps associados a distintos intervalos temporais adjacentes obtém-se o gap acumulado para um determinado horizonte temporal. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a situação líquida da Sucursal.

O resultado acumulado sobre o valor económico dos Fundos Próprios gerado pela reavaliação dos instrumentos sensíveis à taxa de juro em virtude de uma deslocação paralela, positiva ou negativa é estimado para um horizonte temporal de 1 ano tendo em conta o crescimento previsto dos activos remunerados, que de Dezembro de 2010 a Dezembro de 2011 se situa em 54,14%.

Sempre que o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro seja superior a 2%, a Sucursal tem mecanismos de monitorização e controlo que permitem tomar medidas de cobertura e de redução do risco, tais como, a constituição de posições financeiras que permitam reposicionar os indicadores de risco dentro dos limites definidos.

O risco operacional da Sucursal é calculado pelo Método do Indicador Básico, nos termos do Aviso nº9/2007 do Banco de Portugal. De acordo com este método, os requisitos de fundos próprios para cobertura deste risco, correspondem a 15% da média dos últimos três anos do resultado da soma da margem líquida de juros com outras receitas líquidas, ou seja o produto bancário.

O indicador relevante elegido para cálculo dos requisitos de fundos próprios para o risco operacional é o resultado obtido pela soma da margem financeira com outros rendimentos líquidos.

De acordo com o aviso 5/2008, **o risco de mercado** define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A Sucursal não negocia em carteira própria. Contudo e uma vez que a actividade principal é a gestão de carteiras de terceiros, foram efectuados alguns testes de sensibilidade que consideraram os seguintes choques:

Hyposwiss Private Bank Genève – Sucursal em Portugal

Miguel Lopes Marques
(Director Geral)

Silvia Brito Leal
(Risk Officer)